

## OPTIMIZAR RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS: UMA QUESTÃO INADIÁVEL

por

MARIA LUÍSA CABRAL, Biblioteca Nacional

### RESUMO

Os recursos bibliográficos nacionais talvez não sejam escassos, mas são mal aproveitados. A dependência do exterior não é solução definitiva e os CD ROM's não são panaceia. O desenvolvimento integrado das colecções, uma política concertada de aquisições, a identificação de áreas temáticas, um incentivo ao empréstimo, a criação de redes e a sua interconexão como factores a explorar pelos profissionais de biblioteconomia e documentação. Uma biblioteca de referência universal como elemento fundamental num sistema de informação.

\* \* \* \* \*

Os levantamentos estatísticos oficiais de que dispomos, continuam a dar-nos notícia de um número baixo de títulos disponíveis no País, não considerando este número os títulos duplicados. Se dessemos a este número o benefício da dúvida e admitíssemos que o número não era tão baixo assim e que esses títulos eram de grande pertinência e actualidade - e no caso de aceitarmos esta hipótese ela seria sempre duvidosa porque não estávamos a considerar a elevada percentagem de livro antigo existente contabilizada nas estatísticas oficiais - continuaria verdadeiro

um elemento bem conhecido e que impossibilita qualquer benevolência. É que as verbas destinadas a aquisições são mínimas ou inexistentes não permitindo um real acompanhamento e aquisição das novidades editoriais seja o domínio científico ele qual for. Poucos livros e fraco nível de aquisições, dois parâmetros importantes a considerar se pretendemos concretizar uma intervenção clara no sentido de otimizar os recursos bibliográficos existentes.

Mesmo que o número de títulos fosse razoável nada nos desculparia de não procurar rentabilizar os recursos bibliográficos existentes, como acontece em países de recursos financeiros indiscutivelmente superiores aos nossos. No presente estado de coisas a nossa preocupação tem de se centrar primeiro, no conhecimento e localização dessas existências, para depois garantirmos o acesso a esses títulos e a sua circulação. Os livros existem para serem lidos e não batalhando por esta evidência a nossa profissão não faz sentido.

Os livros existentes estão maioritariamente depositados na Biblioteca Nacional, a qual reservará para si entre 1/3 a 1/4 do total nacional, nas Universidades e nos principais institutos de investigação. A exceção de um ou outro departamento da administração central, ou de uma ou outra biblioteca pública com fundos mais vastos não invalida a regra geral.

Neste conjunto de livros é previsível uma sobreposição considerável de títulos e qualquer combinação é possível: entre a Biblioteca Nacional e as Universidades, entre departamentos da mesma Universidade ou entre departamentos das diferentes

Universidades, entre estes e os institutos de investigação em áreas afins. Ninguém sabe ao certo, quantos ou quais são os títulos duplicados. Seria, aliás, muito interessante averiguar este aspecto para se poder definir, ao menos, uma política de empréstimos, uma vez que os gastos desordenados em aquisições feitas no passado são já irremediáveis. A responsabilização de bibliotecas individualmente para garantirem a manutenção de colecções em determinadas áreas e portanto, o respectivo empréstimo pode ser a solução, como aliás sucede na Alemanha. Outra verificação que seria fácil e imprescindível de se fazer prende-se com a avaliação do grau de pertinência e actualização dos fundos existentes. Não será de crer que a realidade seja muito animadora se nos lembrarmos que as verbas destinadas a aquisições são, há décadas, curtíssimas. E mesmo, quando a quinze dias do final do ano, se abrem os cordões à bolsa, o plano de aquisições fica sempre distorcido. Embora recorramos a listas previamente preparadas na expectativa de uma verbazita tardia, os livros não se adquirem por atacado como se de mercearias se tratassem. É que se não comprar o livro do Autor A mas sim do Autor B, arrisco-me, no mínimo a levar gato por lebre.

A insegurança e o desgoverno provocadas por verbas escassas e tardias degradam a nossa imagem profissional e são causa da inconsistência, truncagem e interrupção das colecções. De títulos no caso das publicações periódicas; de matérias, com as monografias. Torna-se, pois, absolutamente impraticável a introdução de um conceito de gestão e desenvolvimento das colecções e se esta situação é altamente prejudicial para as

matérias de ponta, não deixa de ser igualmente gravosa para obras já fora do circuito comercial como acontece, por exemplo, com o chamado livro antigo. A falta crónica de orçamentos pode impedir a biblioteca de adquirir este ou aquele título assinalado no catálogo de um antiquário, ou de participar, na verdadeira acepção da palavra, num leilão.

O reflexo negativo desta situação sobre o estatuto social das bibliotecas, sobre a investigação nacional e mesmo sobre uma actividade editorial científica é inevitável, uma vez que os nossos fundos documentais têm um carácter mais descritivo e passivo, com valor histórico, do que um valor prospectivo e activo de efeitos multiplicadores inestimáveis.

Com bibliotecas assim indigentes, não admira que os leitores escasseiem tendo sobre a nossa utilidade pública fortes dúvidas e não espanta que os níveis de leitura sejam o que são.

Face a esta situação caótica, torna-se inadiável identificar e disponibilizar a informação existente, não só promovendo o conhecimento da sua existência mas impondo o acesso a esses títulos. Não adianta, e é mesmo contraproducente, anunciar a existência de certa informação se depois a respectiva cedência for restringida.

Uma estratégia assim cumprida talvez nos revelasse algumas surpresas. Por exemplo, talvez reduzisse a importação que hoje se faz de bibliografia através de fotocópias de artigos, ou através do empréstimo de livros. Esta dependência do exterior que é provocada pela dinâmica que a consulta a bases de dados estrangeiras introduz, menos em linha do que em CD ROM's, não

pode continuar sob pena de a perpetuarmos. Valeria a pena fazer um levantamento entre os vários utentes de uma mesma base de dados disponível em CD ROM, por exemplo no campo da saúde, e comparar as encomendas de artigos suscitadas pelas consultas respectivas. É que nem sequer um registo fazemos dessas importações, abrindo a porta a toda o género de duplicações.

Não estou a sugerir que podemos, ou que devemos, ser autosuficientes. Vai longe a política do "orgulhosamente sós". Apenas afirmo que uma provisão racional das nossas bibliotecas é essencial e inadiável e que não poderemos continuar a satisfazer-nos pela simples circunstância de sabermos para onde dirigir as nossas encomendas de documentos primários no estrangeiro. É para mim um dado indiscutível que se torna necessário garantir uma provisão documental para as bibliotecas portuguesas de forma a diminuir a nossa dependência do exterior, canalizando os escassos recursos financeiros na renovação das próprias colecções, oferecendo outro apoio aos utilizadores e recriando outra imagem das bibliotecas portuguesas.

Para atingir este objectivo não preconizo a criação de instituição própria, alojada em edifício faraónico, copiando, à pressa e mal, exemplos europeus, eventualmente impossíveis de copiar.

De imediato o que preconizo é uma biblioteca de referência de carácter nacional e universal a funcionar como se de um índice informatizado se tratasse. Para esta matéria, procure a biblioteca X; para aquela outra, tente a biblioteca Y.

Dado o depauperamento e desactualização das nossas colecções, é impensável recuperar o tempo e os títulos perdidos. Temos,

primeiro, que conhecer e reunir o que existe, depois, elaborar um plano coordenado de aquisições. Para atingir esta plataforma mínima, defendo verdadeiramente uma solução com recurso ao suporte electrónico, que resulte da interligação das principais unidades de investigação deste País, seleccionadas previamente de acordo com as necessidades ditadas pelas urgências do desenvolvimento, num esforço concertado de aquisições, promovendo o desenvolvimento integrado das colecções, incentivando o empréstimo e a circulação da própria informação.

Em troca do edifício faraónico assente em pesada estrutura hierárquica e burocrática, proponho uma estrutura e ambiente electrónicos. Os computadores e as redes de comunicações estão aí para serem utilizados e otimizados. Façamos deles o uso que a teoria diz ser possível. Para os profissionais da informação de todo o mundo, o tempo é sempre curto; para os profissionais portugueses da informação o tempo é curtíssimo e corre contra nós. Não deveremos, portanto, esperar que esta solução seja experimentada por outros para avaliar dos erros e hesitações. A realidade em que hoje trabalhamos evidencia o salto que os profissionais portugueses deram, sem importarem modelos ou experiências alheias.

Definidos que forem objectivos e necessidades desta "biblioteca sem paredes" há que proceder a uma selecção das bibliotecas que integrarão este ambiente electrónico. Ninguém se espantará se uma pequena biblioteca local não se encontrar no núcleo central; pelo contrário, a indignação será grande se uma biblioteca, por exemplo, do campo das bioquímicas, não for incluída.

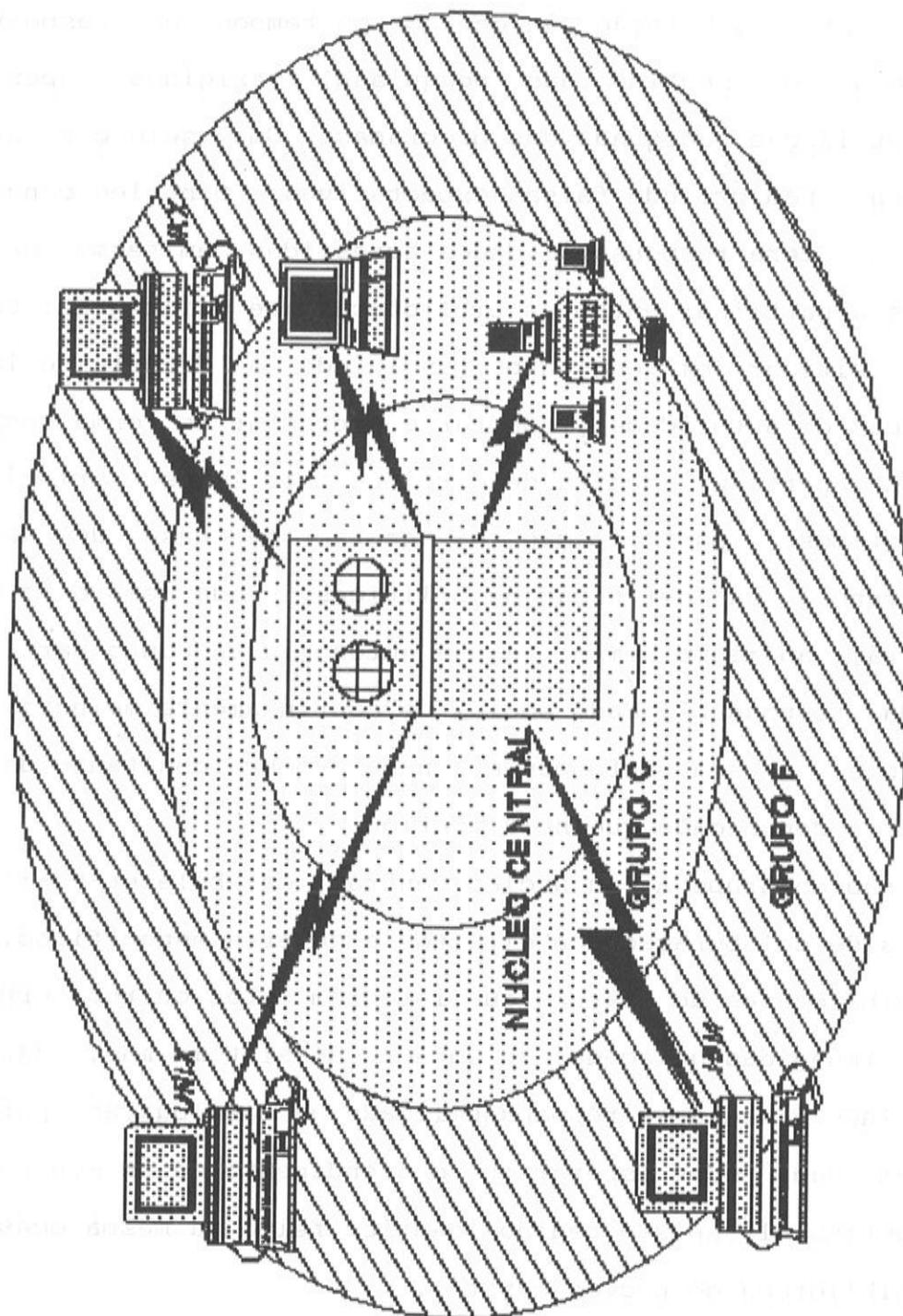
Indistintamente, ciências aplicadas ou ciências humanas, desde que consideradas como áreas de ponta vitais ao desenvolvimento do País. Esta coabitação não degrada os tempos de resposta, não adultera o sentido das pesquisas, exigindo apenas uma parametrização adequada dos programas. Uma selecção que seja pública, não criando falsas expectativas. O núcleo central, ou Grupo A, terá responsabilidades acrescidas, em termos de funções comuns a partilhar entre as bibliotecas que o integram: catalogar e classificar em conjunto (incluindo a própria criação de entradas de autoridade), comprar e emprestar de forma coordenada. Em contrapartida, gozará de direitos mais latos: prioridade nos empréstimos, participação na gestão da base de dados ou intervenção na definição de políticas. Cada membro do Grupo A manterá, ao mesmo tempo, a sua autonomia enquanto partilha essa pesada responsabilidade social de continuamente melhorar a sua eficácia, a sua performance, numa procura constante de melhor servir a comunidade que nela confiou.

Em torno do Grupo A, ou Núcleo Central, estabelecer-se-iam outros níveis de colaboração com direitos e deveres específicos.

As bibliotecas do sistema que integrem estes outros grupos não estão impedidas de aceder ao coração do sistema mas, assim como não lhes é pedida a responsabilidade na catalogação partilhada, também não podem esperar que o atendimento de um seu pedido de empréstimo ultrapasse pedido idêntico feito na mesma ocasião por uma biblioteca do núcleo central.

Trata-se, certamente, de um equilíbrio difícil porque não queremos bibliotecas de 1ª e bibliotecas de 2ª. Todavia, pretender que as prioridades são inexistentes é falsear a

# BIBLIOTECA DE REFERENCIA



realidade, tornando a construção e a gestão desta "biblioteca sem paredes" numa grande macedónia.

Uma biblioteca assim criada, verdadeiro Catálogo Colectivo em busca de permanente alimento, coloca-se ao serviço da comunidade e deverá assumir a coordenação do empréstimo interbibliotecas.

Um esquema montado nestes moldes está a um passo da adopção dos protocolos OSI para o empréstimo automático, com o seu sistema de busca, identificação, localização e reserva, ultrapassando largamente a eficácia do correio electrónico (útil apenas na localização e encomenda) ou do fax (útil apenas para a transmissão dos próprios textos e/ou imagens).

A arquitectura que se propõe teria acessos diversificados, autorizando o acesso por conjuntos bem definidos: um utilizador pode aceder ao catálogo que representa apenas os fundos documentais das bibliotecas públicas, enquanto um outro utilizador pode consultar apenas os fundos em ciência e tecnologia, ou enquanto um outro está apenas interessado nas existências das bibliotecas ao norte do Douro.

A informática contem em si este potencial espantoso que poderemos designar de ductilidade o qual, apenas por miopia, subalternizamos.

Esta "biblioteca sem paredes", verdadeira biblioteca de referência assente num Catálogo Colectivo efectivo e eficaz, poderá ser o embrião da biblioteca central de ciência e tecnologia sem a qual olímpicamente continuamos a viver.

Não me interessa discutir aqui se há alguma instituição que reúna as condições para ser o centro físico desta gigantesca operação

de levantamento que não podemos continuar a adiar. O que me interessa é deixar sobre a mesa uma proposta que aglutine recursos e esforços - uns parcos, os outros dispersos - e que se imponha a quem de direito porque 1º permite a inventariação global das nossas bibliotecas; 2º introduz o conceito de rentabilização dos nossos recursos; 3º responsabiliza bibliotecas em cada área científica; 4º prepara as bibliotecas para investimentos subsequentes. Porque, finalmente, liberta os profissionais portugueses da informação de um exercício profissional limitado pela existência de poucos livros e pela falta de orçamentos dignos.

É aos profissionais que cabe a responsabilidade de quebrar o círculo apertado em que se movimentam, apresentando propostas concretas para a definição de uma estratégia nacional. Os profissionais da informação devem mostrar que têm uma opinião para além dos pontos e traços, que as suas preocupações têm uma dimensão nacional e que uma política para o sector da informação passa, sobretudo, pelas bibliotecas, pelos bibliotecários, pelo pensamento amadurecido que têm dedicado à problemática.

## BIBLIOGRAFIA

BARKER, Ronald E. et ESCARPIT, Robert - La faim de lire. Paris, Unesco, PUF, c. 1973.

CABRAL, Maria Luísa - Informação em ciência e tecnologia. Comunicação às 4<sup>as</sup> Jornadas PORBASE, Porto, Junho de 1991 (Exemplar mimeografado).

LINE, Maurice - Do we need national libraries, and if so what sort? An assessment in the light of and analysis of national library and information needs. Alexandria, vol. 2, no. 2, 1990, p. 27-38.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Estatísticas da Cultura, Recreio e Desporto - 1986, 1987, 1988. Lisboa, INE.